
Município de Alpiarça

Órgão: Câmara Municipal

Ata N.º4/2025

26 de fevereiro de 2025

Assunto: Reunião Ordinária da Câmara Municipal

Início da reunião: 09h38m	Término da reunião: 10h17m
----------------------------------	-----------------------------------

Presidente da Câmara Municipal:

Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes

Vereadores da Câmara Municipal:

Jorge Manuel Claudino de Freitas

Ana Margarida Vences Rosa do Céu

João Pedro Costa Arraiolos

Fernanda Maria Coutinho Precaté Fontainhas Amorim Cardigo

Secretária:

Vanessa Alexandra Pepino dos Santos

--- Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, nesta Vila de Alpiarça, reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça, eleita para o quadriénio 2021/2025, sob a Presidência da Excelentíssima senhora Presidente Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes e com a participação dos senhores Vereadores Jorge Manuel Claudino de Freitas, Ana Margarida Vences Rosa do Céu, João Pedro Costa Arraiolos e Fernanda Maria Coutinho Precaté Fontainhas Amorim Cardigo. Secretariou a reunião Vanessa Alexandra Pepino dos Santos, Técnica da Subunidade de Administração Geral – Apoio aos Órgãos Autárquicos, da Câmara Municipal de Alpiarça. -----

A Ordem do Dia da Reunião de Câmara, antecipadamente remetida a todos os Vereadores, nos termos do N.º 2 do artigo 53.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei N.º 75/2013 de 12 de setembro, foi a seguinte: -----

--- **01: Deliberação – Proposta de Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Alpiarça, realizada no dia 12 de fevereiro de 2025 - N.º 3/2025 - Mandato 2021 – 2025.** -----

--- **02: Deliberação – ALT20-02-5266-FSE-000089 - PIICIE LT Fase II - Contrapartida Nacional da Despesa da CIMLT.** -----

--- **03: Conhecimento – Auto de Vistoria - Empreitada de Construção do Posto Territorial da GNR de Alpiarça.** -----

--- **04: Deliberação – Proposta de aprovação de rescisão de protocolo de cedência de utilização de espaço na Reserva do Cavalo de Sorraia com efeitos a 31 de março do ano 2025.** -----

--- **05: Deliberação – Aprovação do valor hora de mão de obra e máquina e viatura a aplicar em 2025.** ----

--- **06: Deliberação – Pedido de Subsídio Pontual - Sociedade Filarmónica Alpiarcense 1º de Dezembro – Carnaval 2025.** -----

--- **ABERTURA DA REUNIÃO** -----

--- A reunião foi aberta pela senhora Presidente da Câmara, eram nove horas e trinta e oito minutos, que cumprimentou todos os presentes e deu conhecimento do resumo diário de tesouraria, referente ao dia vinte e cinco de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, com um total de disponibilidades de 4.621.456,84 euros (quatro milhões, seiscentos e vinte e um mil, quatrocentos e cinquenta e seis euros e oitenta e quatro cêntimos). -----

--- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

--- A senhora Presidente iniciou o período antes da ordem do dia, dando a palavra aos senhores Vereadores. -----

--- O senhor Vereador João Arraiolos tomou a palavra, cumprimentou todos os presentes e questionou se todas as hastas públicas são publicitadas no site do Município, porque encontrou somente a hasta pública



do Parque de Campismo. No seguimento deste assunto, questionou sobre o resultado da hasta pública dos terrenos da Agroalpiarça, o Alto Castelo e as vinhas, uma vez que estão numa fase mais ou menos adiantada, quer em termos de preparar os terrenos para cultivo, quer também na questão das vinhas e estando praticamente em março será difícil para quem tentar desenvolver algum trabalho nessas áreas. Em relação às hastas públicas que se desenvolveram e ficaram desertas, designadamente o Bar do Jardim Municipal e o Bar das Piscinas Municipais, se houve alguma manifestação de interesse. Também chegou a ser lançada uma hasta pública para a zona do Complexo Desportivo, que tinha um projeto se houve alguma manifestação de interesse, ou é intenção do Município retomar essa hasta pública. -----

--- A senhora Vereadora Fernanda Cardigo tomou a palavra, cumprimentou todos os presentes e referiu que as cortinas da Casa dos Patudos foram substituídas, essas cortinas seriam de pano cru para proteger do sol as obras, no entanto, foram substituídas por cortinas de tule. Questionou se há alguma razão específica para esta substituição. Questionou quem é, neste momento, o Conservador da Casa dos Patudos. -----

--- A senhora Vereadora Margarida Rosa do Céu tomou a palavra, cumprimentou todos os presentes e questionou se houve alguma evolução relativamente às candidaturas do CLDS e do Radar Social. -----

--- Respondeu a senhora Presidente, referindo que as hastas públicas são publicadas no site do Município, se não estão deveriam estar, porque é pressuposto que as pessoas possam consultar as mesmas. Relativamente aos terrenos da Agroalpiarça, já decorreu a abertura de propostas e para o Alto Castelo ganhou uma proposta apresentada pelo senhor Alcides Catroga. Relativamente às vinhas, entrou uma proposta que foi adjudicada pelo proprietário de um terreno contíguo, também com vinha. Relativamente às hastas que ficaram desertas, no que diz respeito ao Bar do Jardim Municipal está a decorrer o prazo, porque houve uma manifestação de interesse que foi corroborado pelo Município. Relativamente ao Bar das Piscinas Municipais, sairá ainda esta semana uma nova hasta pública, tendo havido um conjunto de manifestações de interesse na sequência da primeira hasta que ficou deserta. Relativamente ao Complexo Desportivo, não se avançou mais com a hasta pública, dado que os proponentes que tinham manifestado interesse apresentaram projetos substancialmente incompatíveis com aquilo que existia do ponto de vista físico e, portanto, os interessados delinearem uma proposta diferente relativamente há ocupação dos Campos de Ténis ou da estrutura do Campo de Jogos ao lado do relvado. Informou que adjudicaram as lojas do Mercado Municipal, sobretudo as lojas 4, 5, 16 e 17. Relativamente à hasta pública do Parque de Campismo, a mesma ficou deserta, mas houve uma comunicação de um dos potenciais interessados dizendo que não tinha conseguido naquele prazo reunir os elementos que estavam no concurso, designadamente fazer o projeto ou o estudo prévio para



apresentar. Referiu que como não houve proposta nenhuma, submeteram ao Gabinete Jurídico a possibilidade de prorrogar o prazo para apresentação de propostas e estão à aguardar se é possível prorrogar o prazo, ou se têm que lançar um concurso novo. Relativamente às cortinas que foram substituídas, a casa tem dois tipos de cortinas, ou pelo menos devia ter, há cortinas que são meramente para tapar a entrada do sol e há os cortinados da casa. Salientou que foram substituídos os cortinados, que estavam velhos e amarelos por cortinados semelhantes. Neste momento, a situação do Conservador não se alterou, o Dr. Nuno Prates, que exercia essa função está de baixa há uma série de meses e, portanto, nem ele foi exonerado das funções, nem foi nomeado mais nenhum Conservador. Relativamente ao CLDS não veio ainda a aceitação final, estão a avançar com o projeto e, portanto, estão a preparar o 1º piso do Mercado Municipal para avançar. Frisou que estão em consonância com a equipa do CLDS para finalizar a autorização. Questionaram qual era o ponto de situação, a resposta foi para avançar, mas estão a avaliar os projetos a uma média de 3 ou 4 por semana, o que significa que está um pouco demorado. Relativamente ao Radar Social, a situação tem avançado tiveram uma fase importante de definição das condições de exercício do projeto, dentro das normas da privacidade e da proteção de dados. Neste momento, a equipa do Radar Social também está no terreno, de qualquer modo, faltava finalizar essa parte para submeter, mas o projeto está a avançar. -----

--- Terminado o período Antes da Ordem do Dia, foram apreciados os pontos constantes da Ordem de Trabalhos, tendo sido tomadas as seguintes deliberações: -----

--- PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

--- 01: Deliberação – Proposta de Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Alpiarça, realizada no dia 12 de fevereiro de 2025 - N.º 3/2025 - Mandato 2021 – 2025. -----

--- Deliberação: A proposta de Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Alpiarça, realizada no dia 12 de fevereiro de 2025 - N.º 3/2025 - Mandato 2021 – 2025, foi aprovada por unanimidade. -----

--- 02: Deliberação – ALT20-02-5266-FSE-000089 - PIICIE LT Fase II - Contrapartida Nacional da Despesa da CIMLT. -----

--- A senhora Presidente tomou a palavra, referindo que a contrapartida nacional da despesa da CIMLT relativamente ao projeto PIICIE LT Fase II já vem há um conjunto de anos, tem a ver com os planos e projetos inovadores de combate ao insucesso escolar. Salientou que é um projeto que integraram no âmbito da Comunidade Intermunicipal e que tem uma componente de comparticipação do PO Alentejo 2020, neste caso da estrutura de fundos comunitários do Alentejo e de uma contrapartida nacional. Frisou que todos os municípios da Lezíria que integram a Comunidade, aderiram a este projeto que se ele tem



revelado interessante e, portanto, promove a melhoria do sucesso educativo dos alunos, a melhoria da qualidade e eficiência do sistema de educação, a prevenção do abandono escolar e a promoção da igualdade de acesso ao ensino. Mencionou que a candidatura foi executada a 100%, com uma despesa de 2.829.254,01€, sendo a despesa da CIMLT no valor de 612.271,07€, respeitante a vários encargos. Referiu que a repartição da verba respeitante às despesas da CIMLT não participadas no montante global de 79.871,94€, foi aprovada pelo Conselho Intermunicipal a 28 de novembro de 2024, correspondente a uma comparticipação de 2.573,33€. -----

--- O senhor Vereador João Arraiolos tomou a palavra, referindo que este projeto já vem de alguns anos atrás, tem tido várias fases na sua execução, este é o encerramento de uma das fases. Salientou que não há qualquer dúvida em relação à importância e ao interesse, também havendo possibilidade de candidatura nestas áreas, numa área até onde os municípios muitas vezes não estavam diretamente envolvidos, pelo menos no início dos onze municípios, estariam dez nesta mesma candidatura, apenas Rio Maior estava individualmente e não sabia se mantinha ou não. Questionou se o projeto, em termos da sua continuidade, qual o prazo que está definido e se houve nova candidatura. -----

--- Interveio a senhora Presidente, referindo que trata-se do encerramento de uma das fases, haverá uma nova fase, não consegue dizer, neste momento, se o projeto é exatamente nos mesmos moldes que foi este, sendo que o pressuposto dos municípios, no âmbito da CIMLT foi prolongar a possibilidade de aderir a este projeto no âmbito do Portugal 2030. -----

--- **Deliberação:** O pagamento no valor de €2.573,33, à CIMLT, relativa à contrapartida da Despesa no âmbito do Protocolo ALT20-02-5266-FSE-000089 - PIICIE LT Fase II, foi aprovado por unanimidade. -----

--- **03: Conhecimento – Auto de Vistoria - Empreitada de Construção do Posto Territorial da GNR de Alpiarça.** -----

--- A senhora Presidente tomou a palavra, referindo que está a decorrer a empreitada de construção do Posto Territorial da GNR, no âmbito do contrato interadministrativo com o Ministério da Administração Interna foi feito e estava definido um prazo para o término da empreitada, dados os constrangimentos que existiram, designadamente com o acidente relativamente à queda de parte da cofragem da cobertura, houve necessidade de estabelecer um novo prazo de conclusão da obra. Mencionou que foi feita uma vistoria, para perceber exatamente qual o ponto de situação, o que existia ainda de trabalhos por concluir e o prazo dessa conclusão. Referiu que esta vistoria foi realizada com a empresa que contrataram, para fazer a fiscalização da obra e com a presença do representante da empreiteira e, portanto, foram elencados os trabalhos que estão por determinar e foi concedido um prazo de 42 dias



para retificação destes defeitos e vícios da obra verificados. Deu nota que esteve em reunião no Ministério da Administração Interna com o Secretário de Estado e transmitiu-lhe qual é o ponto de situação, da parte da Secretaria de Estado está a ser concluído o aditamento ao contrato interadministrativo, uma vez que é necessário fazer a passagem do pagamento dos montantes financeiros, já que era para ter sido feito no ano passado para este ano. O contrato está pronto e deixou nota da vontade de convidar a senhora Ministra, para inaugurar este Posto Territorial e, portanto, neste momento estão a aguardar que seja concluída a obra, fazem a receção provisória já com os respetivos autos e encerram a parte financeira da empreitada, de maneira a poderem fazer a mudança da GNR para o novo posto. -----

--- **Conhecimento:** Dado conhecimento do Auto de Vistoria - Empreitada de Construção do Posto Territorial da GNR de Alpiarça. -----

--- **04: Deliberação – Proposta de aprovação de rescisão de protocolo de cedência de utilização de espaço na Reserva do Cavalo de Sorraia com efeitos a 31 de março do ano 2025.** -----

--- A senhora Presidente tomou a palavra, referindo que receberam do utilizador do espaço onde tem vindo a funcionar a Universidade Canina, a manifestação da sua vontade de terminar o Protocolo com efeitos a 31 de março de 2025 e, portanto, vem para deliberação esta proposta de aprovação da rescisão. Relativamente a este espaço, na sequência desta intenção já manifestaram interesse outras entidades na utilização do espaço, posteriormente iriam ver qual é efetivamente o destino que lhe iriam dar para fazerem um novo protocolo, seja para a mesma atividade ou para uma atividade diferente. -----

--- O senhor Vereador João Arraiolos tomou a palavra, referindo que este protocolo já dura desde o início de 2017, praticamente 8 anos de concretização e, portanto, sendo um protocolo estabelecido por 3 anos e que iria na terceira fase de contratualização, foi um incentivo para quem desenvolvia e potenciava o próprio espaço da reserva. Frisou que as razões que assistem a esta rescisão, não estão referidas e não tinha conhecimento em concreto, até porque a pessoa em causa sempre desenvolveu aquela atividade com grande paixão pela própria atividade e com grande atratividade de pessoas, tendo organizado alguns eventos relacionados com a sua própria atividade. Salientou que o próprio requerente refere que fez algum investimento em instalações, que vieram a valorizar o espaço e, portanto, solicita alguma ajuda monetária, embora neste caso o protocolo é claro em relação a este assunto de que as benfeitorias seriam em prol do Município. Referiu que o valor é essencialmente simbólico e, portanto, o benefício do Município será a dinamização do espaço e a sua atração. Mencionou que a forma como o pedido foi colocado deixa muita dificuldade para tomar, ou para fazer alguma avaliação, àquilo que foi concretizado



em termos de investimento, porque pelo menos se o requerente referisse que tem investido um determinado valor, que teria uma expectativa de rentabilizar esse valor em 5 ou 10 anos, eventualmente os serviços do Município quantificavam de alguma forma para haver algum equilíbrio naquilo que seria a solicitação. Salientou que havendo uma própria vontade do requerente em rescindir o contrato, não têm nada a objetar e, portanto, esperar que quem faça a continuidade da atividade, que o faça também da mesma forma. -----

--- Interveio a senhora Presidente, referindo que não houve da parte do Município nenhuma proposta de alteração, ou nenhuma solicitação adicional à pessoa que estava a explorar aquele espaço. Informou que o próprio utilizador do espaço, não invoca um conjunto de razões objetivas para esse efeito. Frisou que o Município foi abordado pelo próprio utilizador que tinha a intenção de rescindir o contrato, foi a sua manifestação de vontade, aparentemente do ponto de vista económico, a dificuldade em permanecer a explorar o espaço nas condições que tem relativamente a esta atividade em concreto. Relativamente a esta questão de haver alguma contrapartida relativamente ao investimento que foi feito, mesmo com o protocolo, não há lugar ao pagamento ou reembolso das benfeitorias. Solicitaram um parecer ao Gabinete Jurídico, no sentido de perceber se havia alguma possibilidade de se concretizar esta pretensão, como a pretensão não foi concretizada e foi mantida esta situação, naturalmente que tinham de aceitar, uma vez que é a manifestação de vontade do próprio. -----

--- **Deliberação:** A rescisão de protocolo de cedência de utilização de espaço na Reserva do Cavalo de Sorraia com efeitos a 31 de março do ano 2025, foi aprovada por unanimidade. -----

--- **05: Deliberação – Aprovação do valor hora de mão de obra e máquina e viatura a aplicar em 2025.** ---

--- A senhora Presidente tomou a palavra, referindo que o valor hora de mão-de-obra relativa a máquina e viatura a aplicar neste ano, refere-se aos preços e aos demais instrumentos de remuneração a fixar pelos municípios, relativos aos serviços prestados e aos bens fornecidos em gestão direta pelas unidades orgânicas municipais. O valor das tarifas e preços são fixados, em regra, de acordo com o princípio da proporcionalidade e não ultrapassam o custo da atividade pública local ou do benefício tido pelo particular. Mencionou que em cada máquina e viatura são imputados os custos de funcionamento, a manutenção, a conservação e a amortização, com vista ao apuramento no final do ano, do custo hora/máquina a ser utilizado no ano seguinte para a imputação aos diversos centros de custo. Frisou que esse cálculo fosse mais fidedigno do valor hora máquina/viatura e tendo em conta o histórico de horas feitas, optaram pela utilização potencial, em função do número de horas em produtividade total de 1.634,5 horas anuais, a utilização reduzida a 5%, a utilização média a 20%, a utilização normal a 70% e a



utilização intensiva a 100%. Referiu que há um conjunto de critérios para o cálculo do valor hora da mão-de-obra, que são imputados aos gastos com pessoal a serem utilizados também nos diversos centros de custo. E na tabela de preços e tarifas, aprovada na reunião de Câmara de 22 de fevereiro de 2024, considera-se que os trabalhos por conta de particulares e outros não especificados, devem ser calculados respeitando os valores apurados nas respetivas aplicações informáticas. A competência para fixar os preços da prestação de serviços ao público pelo Município cabe à Câmara Municipal. -----

--- **Deliberação:** O valor hora de mão de obra e máquina e viatura a aplicar em 2025, foi aprovado por maioria com as abstenções dos senhores Vereadores da CDU. -----

--- **06: Deliberação – Pedido de Subsídio Pontual - Sociedade Filarmónica Alpiarçense 1º de Dezembro – Carnaval 2025.** -----

--- A senhora Presidente tomou a palavra, referindo que tem sido hábito a Sociedade Filarmónica Alpiarçense 1º de Dezembro colaborar com o Município na organização e realização do cortejo de Carnaval. Mencionou que esta proposta vem autonomizada do subsídio anual, uma vez que uma parte de associações do Concelho ainda não fizeram chegar o plano de atividades nem o relatório de execução, para efeitos de atribuição do subsídio anual. Frisou que para não estarem a aprovar subsídios anuais para umas associações e deixarem outras ainda pendentes, reforçaram a necessidade de cumprir prazos para entrega destes instrumentos, de maneira a fazer a atribuição anual dos apoios a todas as associações quer sejam de cariz cultural, ou de cariz desportivo. Neste caso, havia necessidade de operacionalizar esta cooperação entre a Sociedade Filarmónica Alpiarçense 1º de Dezembro e o Município para a concretização do Carnaval. -----

--- O senhor Vereador João Arraiolos tomou a palavra, referindo que esta é uma prática que têm desenvolvido ao longo dos anos, como forma de concretizar a própria atividade e permitir a participação de grupos informais, que é a essência da dinamização do Carnaval, quer em termos dos carros alegóricos, quer em termos dos grupos apeados. Frisou que sendo uma situação que não deixa dúvidas, iriam votar a favor. -----

--- **Deliberação:** O Pedido de Subsídio Pontual - Sociedade Filarmónica Alpiarçense 1º de Dezembro – Carnaval 2025, foi aprovado por unanimidade. -----

--- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

--- Não houve intervenção do público. -----

--- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO** -----



--- Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pela Presidente, eram 10h17m, da qual para constar, se lavrou a presente ata que, para efeitos de execução imediata foi aprovada em minuta, por unanimidade, com todos os efeitos legais a partir desta data. E eu, Vanessa Alexandra Pepino dos Santos, Técnica da Subunidade de Administração Geral – Apoio aos Órgãos Autárquicos, da Câmara Municipal de Alpiarça, a redigi e vou assinar com a senhora Presidente. -----

A Presidente da Câmara Municipal

Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes

A Técnica da Subunidade de Administração Geral

Vanessa Alexandra Pepino dos Santos

Assinatura digital de igual valor probatório dos congéneres em papel com assinatura manuscrita, ao abrigo do Decreto-Lei nº 290-D/99 de 02 de agosto, na atual redação. Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.

